

POVOS DA FLORESTA: A LUTA PELA AUTODETERMINAÇÃO E CONTRA O CAPITAL

PUEBLOS DE LOS BOSQUES: LA LUCHA POR LA AUTODETERMINACIÓN Y CONTRA EL CAPITAL

FOREST PEOPLES: THE STRUGGLE FOR SELF-DETERMINATION AND AGAINST CAPITAL

DOI: <http://10.9771/gmed.v13i2.45095>

Manoel Estébio Cavalcante da Cunha¹

Moisés Silveira Lobão²

Resumo: O estudo visa a analisar como as terras do sudoeste da Amazônia foram povoadas por diversas etnias, primeiro indígenas, depois grupos do Nordeste brasileiro e finalmente do Sul do país, culminando na luta dos "Povos da Floresta" por seus territórios. Este estudo, realizado através de pesquisa bibliográfica, abrangeu os seguintes momentos históricos: as etnias indígenas existentes no território da tríplice fronteira MAP; as ocupações nesta região após a colonização hispano-portuguesa; os dois Ciclos da Borracha; a resistência dos seringueiros e a conquista das Resexs; e a conciliação dos movimentos sociais com a oligarquia, através do capitalismo verde.

Palavras-chave: Trifronteira MAP. Atahualpa. Chico Mendes. Capitalismo Verde.

Resumen: El estudio tiene como objetivo analizar cómo las tierras del suroeste de la región amazónica fueron pobladas por diversos grupos étnicos, primero indígenas originarios, luego grupos provenientes del noreste brasileño y finalmente del sur del país, culminando en la lucha de los "Povos da Floresta" por sus territorios. Este estudio teórico, realizado através de una investigación bibliográfica, cubrió los siguientes momentos históricos: las etnias indígenas existentes en el territorio de la triple frontera MAP; las ocupaciones en esta región después de la colonización hispano-portuguesa; los dos Ciclos del Caucho; la resistencia de los caucheros y la conquista de Resexs; y la conciliación de los movimientos sociales con la oligarquía, através del capitalismo verde.

Palabras clave: Triple Frontera MAP. Atahualpa. Chico Mendes. Capitalismo Verde.

Abstract: The study aims to analyze how the Amazon's southwestern lands were populated by different ethnic groups, firstly indigenous ones followed by groups from northeast and south Brazilian regions, culminating in the struggle of the "Forest Peoples" for their territories. This theoretical study, carried out through bibliographical research, covered the following historical moments: the indigenous ethnic groups existing in the tri-border area MAP; the occupations in the region after the Spanish-Portuguese colonization; the two Rubber Cycles; the resistance of rubber tappers and the creation of the Resexs; and the conciliation of social movements with the oligarchy through green capitalism.

Keywords: Tri-border MAP. Atahualpa. Chico Mendes. Green Capitalism.

Introdução

Aqui aparece, pois, a diferença entre instrumentos de produção naturais e instrumentos de produção criados pela civilização. [...] O primeiro caso pressupõe que os indivíduos estejam unidos por um laço qualquer, seja família, a tribo, ou o próprio solo, etc. O segundo caso pressupõe que sejam independentes uns dos outros e só sejam mantidos juntos em virtude do intercâmbio. No primeiro caso, o intercâmbio é essencialmente um intercâmbio entre homens e a natureza, uma troca em que o trabalho de uns é troca do produto do outro; no segundo caso, é, de modo predominante uma troca entre os próprios homens (MARX; ENGELS, 2001. p. 78-79).

Este artigo discorre sobre a luta dos Povos da Floresta amazônica, focando no caso do Acre. O texto apresenta um relato de como as terras do Sudoeste da região amazônica foram povoadas por etnias indígenas, a partir de meados do século XVIII, moldando um território, cuja organização social era baseada no intercâmbio entre homens e natureza. Veremos que, por interesses do capital, esse território foi reconfigurado no século XIX, para atender a demandas da indústria europeia, que necessitava de um produto que até então só existia nas florestas amazônicas, os elastrônomos extraídos primeiro da árvore do caucho (*Castilloa elastica*) e posteriormente da seringueira (*Hevea Brasiliensis*).

Esse território criado pelos povos indígenas não considerava as fronteiras nacionais, já que o Estado do Acre sequer pertencia ao território brasileiro. Com o surgimento da exploração gumífera, porém, os indígenas são vencidos no embate contra os interesses do capital financeiro, que implanta um sistema econômico para a exploração dos elastrônomos, que passa a ser designado seringalismo criando uma cadeia de sustentação em que os seringueiros são explorados diretamente pelos coronéis de barranco, sustentados pelas casas aviadoras de Belém e Manaus, sendo estas financiadas diretamente pelo capital comercial inglês. Os coronéis de barrancos, ou seringalistas, similar aos bandeirantes de São Paulo, eram personagens apresentados como homens rudes e violentos, sobre quem circulavam narrativas de atos de extrema desumanidade contra os indígenas, os trabalhadores extrativistas e os seringueiros.

O seringalismo entra em colapso por duas vezes, sendo a primeira entre os anos de 1910 e 1920, quando ingleses conseguem replicar seringais em suas colônias na Ásia, sobretudo na Malásia, com sementes traficadas da Amazônia. Posteriormente, por ocasião da II Guerra Mundial, quando o governo brasileiro, apoiado pelo governo Norte Americano, incentivou um novo surto migratório para a Amazônia, visando à produção de borracha para os chamados esforços de guerra, há uma breve recuperação entre os anos de 1938 e 1945; após esse período, se dá o segundo colapso do seringalismo.

Com o estabelecimento da ditadura militar a partir do ano de 1964, criam-se grandes projetos para a Amazônia e, conseqüentemente, para o Estado do Acre, sobressaindo-se um projeto de pecuarização da economia, por meio do qual o Estado era vendido como o filé mignon da região. Esse projeto era compulsoriamente imposto em detrimento das reivindicações apresentadas pela organização social dos indígenas e seringueiros. O projeto de pecuarização se implanta com extrema violência, empurrando muitos seringueiros para os territórios nacionais peruano e boliviano (CALAÇA, 1993).

Essa situação dos seringueiros fortaleceu o seu projeto de território com base no intercâmbio entre homem e natureza, tendo sido apresentado como política pública a ser atendida pelo Estado brasileiro, na forma de decretação de novas unidades de proteção, em formatos até então inexistentes na legislação fundiária brasileira: as Reservas Extrativistas (Resexs) e os Projetos de Assentamentos Extrativistas (PAEs). No entanto, a partir do ano de 1999, essas unidades sofreram grandes abalos e, desde então, o movimento de seringueiros passa por um grande refluxo, necessitando de uma redefinição de seu papel e seus objetivos. Atualmente, em fase desse refluxo, o movimento se encontra em dormência e não consegue mais ser propositivo, como o foi desde os anos de 1970; e se encontra à mercê de alternativas propostas pelo governo e de Organizações Não Governamentais (ONGs), exógenas que defendem alternativas do chamado capitalismo verde.

Histórico das etnias indígenas existentes no território da Trifronteira MAP (Madre de Dios, Peru; Acre, Brasil; Pando, Bolívia)

A não exploração da fração amazônica de seus territórios, por parte de peruanos e bolivianos, devia-se ao fato da civilização autóctone desses países, capitaneada pelos remanescentes Incas, ter se adaptado ao relevo, clima e afazeres culturais, como o desenvolvimento de uma rica e variada agricultura e olericultura, no altiplano andino.

No caso dos invasores espanhóis, que destruíram a civilização incaica, interessava-lhes a exploração do altiplano, porque neste se localizavam ricas jazidas de prata, como as de Potosi, na Bolívia, que permitiram a acumulação capitalista europeia, notadamente a Inglaterra, que promovia, por meio de seus corsários, o roubo dos carregamentos do minério extraído pelos espanhóis. As populações incaicas faziam incursões às chamadas terras baixas para realizar negócios com as populações locais; e essas incursões se faziam sem a necessidade de povoá-las. Isso fez deixar ao “abandono” político-administrativo essas terras por parte dos Incas, e, posteriormente, pelo invasor espanhol.

Com isso, as Terras Baixas tornaram-se tranquilos territórios de perambulação e moradia de centenas de etnias indígenas. Essas etnias migraram, baixando desde os rios Ucayali, Madre de Dios e os diversos afluentes que drenam a parte amazônica daquelas duas nações. Esse fluxo migratório ocorreu a partir de meados do século XVIII, motivadas por conflitos liderados pelo líder indígena mestiço Juan Santos Atahualpa, que comandou um exército de guerreiros da etnia Ashaninka e de etnias da família linguística Pano. Essa luta tinha inspiração messiânica e se fazia contra colonos e missionários espanhóis, na chamada Guerra dos Dez Anos, ocorrida de 1742 a 1752 (RENARD-CASEVITZ, 1992, p. 204).

Nesse processo de migração, configurou-se um território multiétnico e a aliança pan-indígena construída para guerrear contra os espanhóis se desfaz. As etnias que constituíram aquela aliança passaram a ocupar o novo território seguindo a configuração da hidrografia da região. Assim, as etnias da família linguística Pano ocuparam as regiões drenadas pelo rio Juruá e seus afluentes, enquanto as etnias da família linguística Arawak povoaram as regiões drenadas pelo rio Purus e seus afluentes.

Essas regiões eram até então totalmente desconhecidas pelas autoridades peruanas, bolivianas e também pelas brasileiras, conforme atesta Goes Filho:

O governo achava – e nisso estava correto – que o Acre era boliviano. Porto Acre (Puerto Alonzo), onde a Bolívia pretendia estabelecer o centro administrativo da região, tinha até um consulado brasileiro, prova contundente de que não tínhamos dúvidas sobre a soberania boliviana. (GOES FILHO, 2013, p. 109-110).

Os comerciantes de Belém e Manaus, porém, incentivados pelos governadores do Amazonas e do Pará, estimularam várias incursões bélicas contra os bolivianos, até que uma, comandada pelo mercenário José Plácido de Castro, contratado pelos seringalistas que exploravam o Vale do Acre, saiu vencedora. Para sedimentar a exploração e a “limpeza” do território, os seringalistas passaram a desenvolver ações violentas contra as populações indígenas ali existentes, pelo emprego das correrias³. Tais ações propiciaram o extermínio físico ou étnico dessas populações ou, no mínimo, a sua expulsão para terras inóspitas, onde não havia árvores de seringueiras, de modo que muitas dessas etnias inteiras retornaram a territórios peruanos e bolivianos.

Assim, pela violência, o seringalismo liberou o rico território modelado pelas populações autoctones por quase dois séculos. Esse fato ocorreu em meados do século XIX e fazia parte da reconfiguração do território, que se deu em detrimento dos indígenas e a favor das demandas do capital inglês, estimulando os interesses de governantes e comerciantes dos Estados do Amazonas e do Pará, que passaram a envidar todos os esforços para reconfigurar a geografia do território, rico em árvores de elastronômos, matéria-prima utilizada nas indústrias da Europa a partir dos anos de 1850.

Histórico das ocupações nessa região pós-colonização portuguesa-espanhola e os dois Ciclos da Borracha

Até por volta dos anos de 1870, a profissão de seringueiro não havia sido constituída, embora o extrativismo do látex fosse praticado por hordas indígenas agregadas a essa atividade desde os anos de 1840, comandadas por bolivianos e peruanos descidos do altiplano andino para extrair o látex do caucho (*Castilloa ulei*) nas terras baixas. Essa atividade era desenvolvida por um sistema predatório, pois para realizar a extração da seiva do caucho, sua árvore tinha que ser abatida. Naquele momento inicial do extrativismo gumífero, o látex do caucho era matéria-prima utilizada sobretudo na indústria de calçados e de capas protetoras de chuva e neve, nas indústrias europeias e norte americanas.

A categoria seringueiro foi constituída a partir de exércitos de migrantes acoçados pela insegurança fundiária, que se agravou com o flagelo da seca que se abatia em ciclos sobre a região Nordeste do Brasil. Mas as grandes secas que motivaram essa migração ocorreram entre os anos de 1887 e 1889, sendo este processo acompanhado pela criação da Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas (1853), que paulatinamente possibilitava as idas e vindas de pessoas e mercadorias, o que contribuiu para a vinda desses trabalhadores. Além da intervenção dos Estados da região, que passaram a interferir com políticas de socorros públicos e subsídio de passagens para aqueles que almejavam

migrar, convencidos de que iriam ocupar terras sem dono, com águas e chuvas regulares e sem carências, onde os migrantes teriam chance de enriquecer: “[p]ara que se tenha uma ideia do drama que este flagelo representou para a população nordestina, Ceará, por exemplo, tinha uma população de 800 mil habitantes. Destes, 120 mil (ou 15%) migraram para a Amazônia” (DE ALCÂNTARA SILVA et al., 2013, p. 5).

Na verdade, a extração do látex propiciava enormes lucros, mas somente aos exploradores aventureiros e aos representantes das casas aviadoras de Belém e Manaus, financiados pelo capital comercial inglês, que tinha o monopólio do comércio dessa matéria-prima, essencial para a nascente indústria automobilística, que dela necessitava para a fabricação de pneumáticos e outros componentes dos automóveis. Esses exploradores, auxiliados pelos governantes do Estado do Pará e do Amazonas e, de olho nos impostos que a atividade gerava, passaram a fazer propaganda no Nordeste, descrevendo facilidades para enriquecer com a exploração do ouro branco amazônico, usando a metáfora de colher dinheiro nas árvores das seringueiras.

Um militar gaúcho do exército, José Plácido de Castro, que foi trabalhar no Acre como agrimensor na demarcação dos limites de seringais em favor dos patrões seringalistas, aceitou o papel de mercenário que estes lhe ofereceram. Ele treinou e liderou um exército de seringueiros “recrutados” pelos patrões, que lutou contra pequenas guarnições de bolivianos, iniciando com aquelas que se encontravam estabelecidas no município de Xapuri na data de 6 de agosto de 1902, gerando o que o ufanismo da historiografia oficial do Estado passou a denominar de Revolução Acreana. As peripécias do mercenário gaúcho garantiram a posse das terras expropriadas da Bolívia e do Peru aos seringalistas, as quais foram anexadas ao território brasileiro.

Essas escaramuças ocorridas sob a liderança de Plácido de Castro são apresentadas como ato heroico de um abnegado e bravo cavaleiro no comando de um exército de valorosos seringueiros. É óbvia aqui a distorção histórica, pois interpreta-se como revolução uma guerra colonial a favor da expansão do capital e em detrimento dos explorados; aliás, essa guerra permitiu o massacre de centenas de etnias indígenas e a exploração da força de trabalho de dezenas de milhares de migrantes nordestinos. A situação dos seringueiros não foi alterada, isto é, não ocorreu a distribuição das terras aos seringueiros, nem a melhora nos preços da borracha e das mercadorias em prol dos seringueiros. A ação de Plácido de Castro manteve na situação de oprimidos os personagens a quem a historiografia oficial atribui valores heroicos. Estes continuaram vivendo em situação de semiescravidão, conforme descreveu Euclides da Cunha:

Além disto o trabalhador só pode comprar no armazém do barracão, não podendo comprar a qualquer outro, sob pena de passar pela multa de 50% sobre a importância comprada. Farpeiem-se de aspas estes dizeres brutos. Ante eles é quase harmoniosa a gagueira terrível de Calibã. É natural que ao fim de alguns anos o freguês esteja irremediavelmente perdido. A sua dívida avulta ameaçadoramente: três, quatro, cinco, dez contos, às vezes, que não pagará nunca. Queda, então, na mórbida impassibilidade de um felá desprotegido dobrando toda a cerviz à servidão completa. O “Regulamento” é impiedoso: Qualquer freguês ou aviado não poderá retirar-se sem que liquide todas as suas transações comerciais... Fugir? Nem cuida em tal. Aterra-o o desmarcado da distância a percorrer. Buscar outro barracão? Há entre os patrões acordo de não aceitarem, uns os empregados de outros, antes de saldadas as dívidas, e ainda há pouco tempo houve no Acre numerosa reunião para sistematizar-se essa aliança, criando-se pesadas multas aos patrões recalcitrantes. Agora, dizei-me, que resta no fim de um

qüinqüênio do aventureiro sertanejo que demanda aquelas paragens, ferreteado da ânsia de riquezas? (CUNHA, 2000, p. 129).

O pseudo-heroísmo do mercenário Plácido de Castro não mudou essa situação inaugurada desde a implantação do seringalismo em meados do século XIX. A propalada “revolução acreana” teve início em 6 de agosto de 1902, sendo que a transferência das terras pertencentes à Bolívia para o território brasileiro se deu oficialmente pela assinatura do Tratado de Petrópolis, em 17 de novembro de 1903.

Histórico da resistência dos seringueiros e dos povos da floresta

Após a Segunda Guerra Mundial, houve o colapso da economia extrativista, de modo que a maioria dos seringais foram abandonados pelos seringalistas, já que não havia quem se interessasse em adquirir essas terras. Os seringalistas se encontravam endividados com as agências financiadoras, o que os forçou a migrar para as cidades ou o até mesmo para fora do Estado, entregando as colocações⁴ a administradores ou cedendo-as a arrendatários, ou ainda deixando os seringueiros “tomando conta” do seringal e jogados à própria sorte (FITIPALDY, 2017, p. 23).

Mesmo abandonados, os seringueiros buscaram sua sobrevivência na pequena produção da borracha, na coleta da castanha, na caça e no cultivo de roçados para a produção de alimentos e tabaco para a subsistência. Outros atravessaram a fronteira para o Peru e a Bolívia, com a perspectiva de obter lucro nas atividades extrativistas e a liberdade de não ser explorado e usurpado por fazendeiros nem por “marreteiros”, que faziam troca de mercadorias pela borracha e a castanha coletadas pelos seringueiros (FITIPALDY, 2017, p. 24).

Durante aquele período, novos modos de vida foram construídos pelos seringueiros, recriando valores de vida familiar e comunitária, desenvolvendo sua reprodução nas práticas sociais, culturais e religiosas; modos de vida alicerçados nas práticas agroextrativistas, com respeito aos ciclos para a sua exploração, dentro da capacidade de recuperação das espécies de plantas e animais utilizadas na complexa relação desse ecossistema (CHOMA, 2018, p. 89).

A política implantada durante o regime militar tinha o objetivo de ocupar a região Amazônica e integrá-la à economia do restante do país, reabrindo e entregando os seus recursos naturais, entre os quais madeiras nobres e minérios, ao capital nacional e internacional, por meio da facilitação do seu escoamento com um forte esquema de isenção fiscal às empresas que ali se instalavam. No bojo dessa política, não foram respeitadas as vivências e os direitos das populações locais, levando-as a serem expropriadas, abandonadas e “marginalizadas” (SERRA; FERNÁNDEZ, 2004, p. 123).

Após a chegada de novos proprietários do Centro-Sul, conhecidos como “paulistas⁵”, estes constataram que ainda havia seringueiros naqueles locais, tendo promovido a expropriação dos seringueiros e desarticulado suas formas tradicionais de vida, com a sua expulsão das terras. Assim, muitos seringueiros foram destituídos de suas terras e seus meios de produção, servindo como força de trabalho na implantação das fazendas (FITIPALDY, 2017, p. 24).

Diante desse cenário, os conflitos relacionados à luta pela terra proliferavam-se no campo, pois os seringueiros percebiam que estavam perdendo suas áreas de produção extrativista, as quais permitiram sua sobrevivência durante toda a vida. E mais adiante percebeu-se que para a prática do extrativismo seria fundamental manter a “floresta em pé”, explorando-a racionalmente; o que seria inconcebível para as atividades de agricultura e pecuária, cuja instalação dependia da derrubada da floresta (PAULA; SILVA, 2006, p. 05).

Nesse momento, iniciou-se um movimento de organização dos seringueiros com o apoio da Igreja Católica, por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que possibilitou aos seringueiros tomarem consciência dos seus direitos e construir uma unidade entre eles para lutar contra o inimigo comum, “os paulistas” (PAULA, 2016, p. 61).

Em maio de 1975, instalou-se no Acre a Delegacia Regional da Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), que se aliou a essa luta realizando a fundação dos primeiros Sindicatos de Trabalhadores Rurais do Acre (STRs): em 1975, nos municípios de Sena Madureira e Brasília; em 1976, em Rio Branco, Cruzeiro do Sul e Tarauacá; em 1977, em Xapuri e Feijó, seguidos gradativamente por outros. Daí emerge o Movimento dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais do Acre (MSTR), principal protagonista do processo de resistência e luta pela terra no Estado (PAULA; SILVA, 2006, p. 3).

Esse momento coincide com a posse do governador Geraldo Mesquita, que pleiteou junto ao governo federal políticas voltadas para a revitalização da exploração da borracha e a desapropriação de áreas de terras, que seriam destinadas tanto aos acreanos expropriados ou em vias de expropriação dos seringais e fazendas, quanto aos trabalhadores rurais do centro-sul, expropriados das grandes fazendas mecanizadas de suas regiões de origem). Contudo, apesar dessa política coincidir ainda que parcialmente com a pauta dos movimentos rurais da época, ela não satisfazia aos seringueiros, pois um dos grandes problemas era a divisão de terras em lotes, desconsiderando a ocupação anterior das colocações dos seringueiros, com as suas estradas de seringa e cursos d’água, bem como as especificidades das populações tradicionais (FITIPALDY, 2017, p. 29).

Diante disso, mesmo com essas ações governamentais vindas como respostas aos embates dos movimentos sociais, estas não foram aceitas por parte dos STRs, pois esses territórios, edificados no âmbito dessas políticas de colonização e assentamento, não atendiam às reivindicações dos seringueiros, pois sem as suas colocações a vivência com a seringueira estava inviabilizada. Portanto, a partir de 1977, sob a direção do sindicalista Wilson Pinheiro, o movimento dos seringueiros em Brasília atinge seu auge, o que permitiu o início dos “empates”⁶, movimento de resistência dos seringueiros contra a expansão do capital agropecuário que buscava ali se territorializar (PAULA, 2016, p. 9).

Porém, no ano de 1980, com a morte de Wilson Pinheiro, ocorre um enfraquecimento no movimento de resistência dos seringueiros de Brasília, fazendo emergir uma nova frente de lutas, quando em maio de 1983, Chico Mendes assume a presidência do STR de Xapuri. Esse sindicato passa a se destacar pela capacidade de mobilização dos seringueiros e pelo sucesso na realização de um grande

número de empates. Nesse contexto, “seguindo um movimento nacional, em 1980, criou-se o Partido dos Trabalhadores (PT) no Acre com apoio majoritário do Movimento dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais do Acre (MSTR), que detinham uma ampla base de seringueiros” (PAULA, 2016, p. 185; FITTIPALDY, 2017, p. 34).

No ano de 1985, foi criado o Conselho Nacional de Seringueiros (CNS), que deu maior visibilidade à luta dos seringueiros, uma vez que trouxe o debate para um circuito nacional e internacional. Inicialmente, esse conselho se organizou em regionais nas quais havia uma maior mobilização dos seringueiros; e aproximou-se cada vez mais dos movimentos ambientalistas, assumindo algumas de suas bandeiras, mas ao mesmo tempo garantindo a sua identidade dentro de um grupo maior e firmando-se como mediadores desse grupo, conforme descrito por Souza:

Foi a partir do encontro do Conselho Nacional de Seringueiros que [...] foi traduzido na fórmula da Resex que propugnava pela defesa: “1) de que a terra e a natureza deixassem de estar subordinadas aos interesses imediatos de capitais privados e passassem a ser bem público; 2) que sua utilização incorporasse demandas sociais das populações da região, cujos saberes deveriam servir de elemento orientador de políticas públicas destinadas à elevação dos níveis sociais de vida e renda, de forma compatível com a conservação da paisagem natural. Na formulação inicial das Resex, somam-se aos elementos acima expostos dois outros, também eles dignos de nota: 3) o proeminente papel atribuído ao Estado, considerado a “referência central para a reversão do modelo então em curso” e 4) o descarte da exploração de madeira para fins de comércio”. (SOUZA, 2009, p. 4-5).

No entanto, as primeiras Resexs só foram instituídas no ano de 1990, após o assassinato de Chico Mendes, ocorrido em 1988, fato que influenciou decisivamente para esse acontecimento no âmbito de uma política pública ambiental, conforme descrito por Santilli:

Uma ideia-chave na proposta de criação de reservas extrativistas é a titularidade coletiva e compartilhada sobre os direitos de uso dos recursos naturais nelas existentes. Inspirada no modelo das terras indígenas, as reservas extrativistas se baseiam no conceito de que são bens de domínio da União (de forma a evitar a sua venda e dar-lhe as garantias de que só gozam os bens públicos), e de que a transferência do usufruto para os moradores da reserva extrativista se faria pelo contrato de concessão de direito real de uso às entidades representativas de moradores da reserva. (SANTILLI, 2005, p. 14).

A conciliação dos movimentos sociais com a oligarquia através do capitalismo verde

Inicialmente, a ideia apresentada pelos seringueiros era a da autogestão, na qual eles seriam responsáveis por tomar as decisões sobre o seu território, mas a criação do Conselho Deliberativo representou, na prática, o fim dessa ideia inicial. A nova estrutura de gestão sinalizou para uma ressignificação de papéis dos diversos atores que configuravam esse cenário: essa gestão passava a ser “compartilhada” entre a unidade gestora (antes o IBAMA, hoje o ICMBio), as instituições governamentais e não governamentais e as populações extrativistas beneficiárias, ganhando ênfase a interferência governamental na gestão dessas áreas (FITTIPALDY, 2017, p. 61).

Na política institucional houve a ascensão das lideranças sindicais, eleitas pelo Partido dos Trabalhadores (PT) à prefeitura de Xapuri e ao governo do Acre, a partir do ano de 1999. Com tal

composição, o Estado passa a ser encarado como interlocutor e parceiro e não “inimigo”, como fora entre os anos de 1970 e final dos anos de 1990 (PAULA; SILVA, 2006, p. 14).

Essa ideia de conciliação de interesses antagônicos, pressupondo que seriam passíveis de resolução por meio do diálogo e não do conflito, estendeu-se à esfera da sociedade civil com o enfraquecimento e até com a extinção de entidades autônomas criadas no calor das lutas pelos próprios trabalhadores. No lugar, criaram-se conselhos e fóruns, que passavam a reunir fazendeiros, madeireiros, comerciantes, camponeses, indígenas, trabalhadores urbanos etc., para formar “consenso” em torno das políticas e estratégias de “desenvolvimento sustentável” (MOVIMENTO ANTICAPITALISTA AMAZÔNICO, 2012, p. 31).

A inserção desse novo espaço decisório (Conselhos Deliberativos) e dos Projetos de Futuro (Plano de Manejo), regulados pela Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), trouxe aos moradores das Resexs o seu desempoderamento, resultado da assimilação de uma série de determinações alheias ao seu pensamento e modo de vida. Em síntese, a Lei do SNUC instituiu a concessão de florestas públicas estaduais e municipais para exploração por empresas madeireiras privadas, que ocorre mediante o critério de vencimentos por processo de licitação. Ainda que nas Resexs esse tipo de atividade não estivesse regulamentado, a lei significou o pontapé inicial desse “experimento” no Acre (FITIPALDY, 2017, p. 75).

Nesse momento, o capital internacional, representado pela ONU e por bancos de desenvolvimento multilaterais, começou a financiar projetos ditos “sustentáveis”, a partir do que se inicia a implantação da chamada Economia Verde. Ambientalistas que eram contrários a essas atividades até o final dos anos de 1980 e que faziam campanhas de boicote à exploração da madeira tropical e pressão junto ao Banco Mundial, foram convidados a apresentar soluções. Essa mudança deveu-se à “construção de consenso” em torno do “desenvolvimento sustentável”, entendida como a possibilidade de conciliação entre crescimento econômico e proteção ambiental. A consequência desse processo foi que as principais ONGs transnacionais passaram a ter um papel ativo no planejamento das políticas e estratégias florestais junto a organismos, como o Banco Mundial, o governo brasileiro e o Estado do Acre (ZHOURI, 2006, p. 141).

Dentre as políticas desenvolvidas por ONGs nesse período, podemos citar o projeto de certificação florestal conhecido como *Forest Stewardship Council* (FSC) ou Conselho de Manejo Florestal, que foi uma forma encontrada para que essas organizações pudessem justificar sua associação com o setor madeireiro, considerando haver um consenso técnico na melhoria das práticas florestais, no que diz respeito à sustentabilidade das sociedades e ecossistemas locais, em todo mundo, incluindo aí a Floresta Amazônica” (ZHOURI, 2006, p. 41).

Com o PT na gestão do poder estadual do Acre desde o ano de 1999 e a ascensão da legenda partidária na esfera federal com a eleição do presidente Lula em 2002, o projeto de Economia Verde passa a fazer parte da principal política de desenvolvimento do Estado acreano. O foco dessa política incidiu

sobre a sustentabilidade do "desenvolvimento econômico", o que, no caso, significava claramente uma ênfase nas práticas industriais da produção florestal (FAUSTINO; FURTADO, 2015 p. 16).

A aliança WWF/Banco Mundial propôs a criação de zonas de uso sustentável, em que somente as empresas candidatas à certificação poderiam receber concessões como uma forma de privatização e financeirização da natureza; e em que governos e empresas multinacionais e transnacionais, poluidoras advindas de países do hemisfério norte, passavam a comprar “créditos de carbono” para terem o direito de seguir poluindo. Ao mesmo tempo, alianças desse tipo tiraram das comunidades tradicionais a possibilidade de utilizar suas próprias terras, tolhendo sua soberania territorial e a sua capacidade de produção e subsistência (ZHOURI, 2006, p. 158).

Essa compensação ganhou força como ferramenta no contexto da Economia Verde, porque permitiu a continuidade de um modelo econômico construído a partir da destruição da natureza, sob o pretexto de que o dano causado seria compensado, como relatado por Kill:

Empresas de mineração, como a Rio Tinto e a Newmont, corporações de processamento de alimentos e biotecnologia, como Monsanto e Bunge, organismos internacionais, como o Banco Mundial e a FAO, e ONG's conservacionistas, como Conservation International e The Nature Conservancy, estão promovendo o uso da compensação como formas de permitir a continuação dessa destruição corporativa. (KILL, 2015, p. 7).

Como continuidade dessa política, a certificação ocupa lugar de destaque também na proposta da Lei de Gestão das Florestas Públicas. Entre os questionamentos contrários ao projeto dessa lei, destacam-se: seu caráter mercadológico, a falta de transparência em sua elaboração, a privatização e internacionalização das florestas públicas, o risco de regulamentação de terras públicas expropriadas por grileiros, a possibilidade de hipoteca das florestas brasileiras e, por fim, a fragmentação de competências e esvaziamento do Ibama (ZHOURI, 2006, p. 159-160)

O processo foi sendo sustentado pelo discurso oficial de que as populações locais são as mais beneficiadas com a venda da madeira e que a sua exploração está sendo realizada de forma ecologicamente correta e socialmente justa. Dessa maneira, o “Governo da Floresta” intensificou um novo modelo de exploração da floresta, associado discursivamente à manipulação de ideais “locais” (por exemplo, da floresta e da imagem de Chico Mendes) em consonância com a lógica global de conversão da natureza em território de negócio (MORAIS, 2012, p. 25).

Conclusão

Hoje vivemos em um mundo globalizado, no qual acontece a apropriação de novos espaços e territórios e nos quais a floresta aparece como uma “commodity” a ser explorada, sendo utilizada como *marketing* político de políticas públicas variadas, deixando as populações tradicionais onde sempre estiveram, isto é, nas margens, excluídas e vulneráveis ao risco dos novos tempos do capitalismo global.

E é nesse contexto que se insere a ocupação do Estado do Acre e da Amazônia, como lugares vazios no contexto do mercado global, em que as florestas são reduzidas ao estatuto de mercadoria para a

sustentabilidade do hegemônico modelo econômico de acumulação. O governo da floresta macula a herança de Chico Mendes, ao tentar reconciliar a luta ambiental com o sistema capitalista, apagando a sua trajetória forjada na sua formação de radicalidade social e política, iniciada pelo comunista Euclides de Távora.

Um exemplo dessa radicalidade política anticapitalista foi a formação da Aliança dos Povos da Floresta, que surgiu da convergência entre comunidades indígenas e grupos de extrativistas e camponeses diversos, que tantas vezes haviam se enfrentado no passado, para unir forças contra o inimigo comum: o latifúndio, o agronegócio e todas as forças destruidoras da natureza. Dessa união, surgiu a ideia de formação das Resexs, que defendiam que a terra e a natureza deixassem de estar subordinadas aos interesses imediatos de capitais privados e passassem a ser um bem público; que sua utilização incorporasse demandas sociais das populações da região, cujos saberes deveriam servir de elemento orientador de políticas públicas destinadas à elevação dos níveis sociais de vida e renda de forma compatível com a conservação da paisagem natural.

Porém, essa conquista revolucionária da luta dos movimentos sociais no Acre foi substituída pela Economia Verde, demonstrando uma reorganização dos mecanismos de acumulação de capital. É por isso que as lutas camponesas e lutas indígenas pela sobrevivência das populações locais e pela proteção de uma grande floresta tropical, patrimônio da humanidade, ainda não totalmente destruída pelo “progresso” capitalista, continuará a nos mover em novas lutas, não só no Brasil, mas em todo mundo, como “[u]m sonho que teima em acontecer: um mundo igualitário, que socialize suas riquezas materiais e culturais” (LÖWY, 2005, p. 17).

Referências:

BASILIO, S. T. C. **A luta pela terra e a igreja católica nos Vales do Acre e Purus (1970-1980)**. Rio Branco: Edufac, 2019. *E-book* (200 p.). Disponível em: [https://www.abeu.org.br/farol/abeu/catalogo-unificado/item/edufac/a-luta-pela-terra-e-a-igreja-catolica-nos-vaes-do-acre-e-purus-\(1970-1980\)/1205218/](https://www.abeu.org.br/farol/abeu/catalogo-unificado/item/edufac/a-luta-pela-terra-e-a-igreja-catolica-nos-vaes-do-acre-e-purus-(1970-1980)/1205218/). Acesso em: 10 jun. 2021.

CALAÇA, M. **Violência e resistência: o movimento dos seringueiros de Xapuri e a proposta de Reserva Extrativista**. 1993. 275 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 1993.

CHOMA, J. L. **Os saberes do camponês da floresta: modo de vida, conflitos e etnoconhecimento seringueiro na Resex Chico Mendes (AC)**. 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2018.

CUNHA, E. da. **Um paraíso perdido**. Brasília, DF: Senado Federal, 2000.

DE ALCÂNTARA SILVA; V. M. *et al.* O desastre da seca no nordeste brasileiro. **POLÊMICA**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 284-293, jun. 2013. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/6431/4857>>. Acesso em: 8 jun. 2021.

FAUSTINO, C.; FURTADO, F. **Economia verde, povos das florestas e territórios: violações de direitos no estado do Acre**. Rio Branco: Plataforma Dhesca, 2015. 110 p. (Relatoria do Direito Humano ao Meio Ambiente). Disponível em: <https://www.plataformadh.org.br/relatorias/relatorios/economia-verde-povos-das-florestas-e-territorios-violacoes-de-direitos-no-estado-do-acre/>. Acesso em: 6 jun. 2021.

FITTIPALDY, M. C. P. de M. **Reserva Extrativista Chico Mendes: dos empates à pecuarização?** Rio Branco: Edufac, 2017. 105 p.

GOES FILHO, S. S. **As fronteiras do Brasil**. Brasília, DF: FUNAG, 2013. 139 p.

KILL, J. **REDD: uma coleção de conflitos, contradições e mentiras**. Montevideu, Uruguai: Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais, 2015. 75 p. Disponível em: https://wrm.org.uy/pt/files/2015/04/REDDUma_Colecao_de_conflitos_contradicoes_e_mentiras.pdf. Acesso em: 5 maio 2021.

LÖWY, M. **Ecologia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 2005. 94 p.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. 2 ed. Tradução de Luís Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MORAIS, M. J. Usos e abusos da imagem de Chico Mendes na legitimação da “economia verde”. *In: DOSSIÊ Acre: o Acre que os mercadores da natureza escondem*. [S/!]: Conselho Indigenista Missionário, 2012. p. 21-26. (Documento especial para a Cúpula dos Povos, Rio de Janeiro, 2012), Disponível em: https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Dossie-acre_2012.pdf. Acesso em: 12 jun. 2021.

MOVIMENTO ANTICAPITALISTA AMAZÔNICO. Participação popular e democracia no Acre: entre a força e a farsa. *In: DOSSIÊ Acre: o Acre que os mercadores da natureza escondem*. [S/!]: Conselho Indigenista Missionário, 2012. (Documento especial para a Cúpula dos Povos, Rio de Janeiro, 2012). Disponível em: https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Dossie-acre_2012.pdf. Acesso em: 10 jun. 2021.

PAULA, E. A. **Seringueiros e sindicatos: um povo de floresta em busca de liberdade**. Rio Branco: Nepan Editora, 2016. 204 p.

PAULA, E. A.; SILVA, M. C. R. da. Sindicalismo rural, política e ambientalismo na Amazônia. *In: SCHERER, E.; OLIVEIRA, J. A. de. (org.) Amazônia: políticas públicas e diversidade cultural*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. *E-book*. p. 109-131.

RENARD-CASEVITZ, F.-M. História Kampa, memória Ashaninka. *In: CUNHA, M. C. da. (org.) História dos índios no Brasil*. São Paulo: Núcleo de História Indígena e do Indigenismo: FAPESP: Companhia das Letras, 1992. p. 197-212.

SANTILLI, J. **Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural**. São Paulo: Fundação Peirópolis, 2005. *E-book* (210 p.).

SERRA, M. A.; FERNÁNDEZ, R. G. Perspectiva de desenvolvimento da Amazônia: motivos para o otimismo e para o pessimismo. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 13, n. 2 (23), p. 107-131, jul./dez. 2004.

SOUZA, I. P. D. Ambientalismo e geopolítica na Amazônia-acreana: da criação das Resex aos corredores da espoliação. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA*, 14, 2009, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UFRJ, jul. 2009. p. 01-31.

ZHOURI, A. O ativismo transnacional pela Amazônia: entre a ecologia política e o ambientalismo de resultados. **Revista Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, v. 12, n. 25, p. 139-169, jun. 2006.

Notas

¹ Mestre em Letras Linguagens e Identidades pela Universidade Federal do Acre (UFAC). Docente do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) da UFAC. Membro do grupo de pesquisa Educação, culturas, identidades e cidadania - <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/18912>. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6975895426481741>. Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-9001-1093>. E-mail: mcavalcantedacunha@gmail.com.

² Doutor em Recursos Florestais pela Esalq/USP. Professor do Centro de Ciências Biológicas e da Natureza da Universidade Federal do Acre. Núcleo de Estudos Dendrocronológicos e Dendroecológicos em Ambientes Naturais (NEDDAN). Currículo

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5150491433534016>. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-7582-3293>. E-mail: moiseslobao6@gmail.com.

³ As correrias eram expedições armadas que os seringalistas organizavam em busca das malocas, moradias comunais indígenas, construídas de madeira e palha, materiais muito inflamáveis; ao encontrá-las, aguardavam a madrugada, momento em que todos estavam dormindo, para incendiá-las. Como essas malocas tinham uma única porta, os jagunços dos seringalistas armados com rifles de calibre 44 de repetição ali se posicionavam e matavam a todos que tentavam fugir das chamas: homens, mulheres e crianças.

⁴ Unidade de produção e residência do seringueiro, constituída pela casa, as estradas de seringa (no mínimo três), o roçado com as plantações de subsistência (mandioca, milho, arroz, feijão, tabaco e outros), e um pequeno campo para criação de algumas vacas e bois, cavalos, porcos e pequenos animais, sobretudo aves, como galinhas comuns, galinhas d'Angola e patos.

⁵ Denominação utilizada naquele período para identificar os novos proprietários de terras no Acre, pois eles eram, em sua maioria, oriundos do estado de São Paulo.

⁶ O termo regional “empate” se explica pelos mutirões feitos pelos seringueiros para “empatar”, isto é, impedir os desmatamentos em áreas ameaçadas pelos fazendeiros (BASILIO, 2019, p. 95).

Recebido em: 17 de junho de 2021
Aprovado em: 10 de setembro de 2021